



VILAREALSTºANTONIO



Programa de Procedimento

Hasta Pública

Câmara Municipal de Vila Real de
Santo António



VILAREALSTºANTONIO

Em cumprimento dos deveres e competências desta Câmara Municipal, vai proceder-se através de hasta pública, à alienação onerosa dos prédios urbanos abaixo descritos, sendo que, o procedimento se rege em todo o seu decurso pelo presente programa e supletivamente pelo Regulamento Municipal de Alienação de Imóveis Municipais e pela lei geral respetivamente.

- Lote 1 - Prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial com o artigo matricial 2664, freguesia de Vila Real de Santo António, concelho de Vila Real de Santo António, o qual consta de um edifício térreo com quintal, destinada à construção urbana, cuja área é de 74,45 m², confrontando a Norte e Nascente com Herdeiros de João Zeferino Figueiredo, a Sul com José Pereira de Oliveira, e a Poente com a Rua da Casinha do Consumo;
- Lote 2 - Prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial com o artigo matricial 3215, freguesia de Monte Gordo, concelho de Vila Real de Santo António, o qual consta uma parcela de terreno, destinada à construção urbana, cuja área é de 66,50 m², confrontando a Norte com Damião Gomes Inácio, a Sul com Rua João de Aboim, a Nascente com Carlos Alberto Pulido Estêvão e a Poente com Travessa Sem Nome;
- Lote 3 - Prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial com o artigo matricial 7426, freguesia de Vila Real de Santo António, concelho de Vila Real de Santo António, o qual consta de um lote de terreno destinado ao uso de serviços, cuja área é de 230,00 m², confrontando a Norte com o Lote 64, a Sul com o Lote 62, a Nascente com arruamentos e a Poente com zona verde;
- Lote 4 - Prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial com o artigo matricial 7427, freguesia de Vila Real de Santo António, concelho de Vila Real de Santo António, o qual consta de um lote de terreno, destinada ao uso de serviços, cuja área é de 230,00 m², confrontando a Norte com zona verde, a Sul com o Lote 63, a Nascente com arruamentos e a Poente com zona verde;
- Lote 5 - Prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial com o artigo matricial 2467, freguesia de Monte Gordo, concelho de Vila Real de Santo António, o qual consta de uma parcela de terreno, destinada à construção urbana com potencialidade edificatória para uma moradia unifamiliar com 2 pisos acima do solo, cuja área é de 70,00 m², confrontando a Norte com o Lote 22, a Sul com o Lote 24, a Nascente com terrenos municipais e a Poente com Rua Sem Nome;
- Lote 6 - Prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial com o artigo matricial 7772, freguesia de Vila Real de Santo António, concelho de Vila Real de Santo António, o qual consta de uma parcela de terreno, destinada à construção urbana com potencialidade edificatória de um edifício de habitação coletiva com 4 pisos acima do solo (4º piso recuado), cuja área é de 210,00 m², confrontando a Norte com João Rodrigues Boeiro, a Sul com rua, a Nascente com Rua Almirante Cândido dos Reis e a Poente com a Rua D. Pedro V;

1. ENTIDADE ADJUDICANTE

A entidade adjudicante é a Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, com sede na Praça Marquês de Pombal, 8900 – 231 Vila Real de Santo António, telefone 281 510 000 e endereço de correio eletrónico geral@cm-vrsa.pt.

2. OBJECTO DA HASTA PÚBLICA

O objecto da hasta pública é alienação onerosa dos prédios urbanos supra descritos.

3. PROPOSTA

A entrega da proposta escrita é facultativa e não inibe os interessados de intervirem na licitação verbal.

4. FORMA, PRAZO E LOCAL DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

4.1 A proposta deve ser feita por escrito, entregue em carta fechada, **dirigida ao presidente da comissão da hasta pública** devendo esta conter no rosto a seguinte inscrição: **Proposta: hasta pública para alienação de prédio constante do lote * (* indicar o número do lote).**

4.2 A proposta pode ser entregue directamente (por mão própria), na Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, na morada indicada no ponto 1, até às 16 horas do dia indicado em edital, ou através dos CTT, sob registo e com aviso de recepção.

4.3 No caso da proposta ser remetida pelo correio, o interessado será o único responsável pelos atrasos que por ventura ocorram, não podendo apresentar qualquer reclamação, caso a entrada dos documentos se tenha verificado após o prazo fixado para a entrega das propostas.

4.4 As propostas que não cumpram os requisitos exigidos serão excluídas do processo de candidaturas da hasta pública.

4.5 A prestação de falsas declarações ou apresentação de falsos documentos, implica a exclusão do processo de candidatura da hasta pública, assim como a anulação da adjudicação e a perda da quantia já entregue, e a sua comunicação ao Ministério Público.

5. NORMAS DE ELABORAÇÃO DA PROPOSTA

5.1 A proposta deve ser elaborada de acordo com a minuta em anexo (anexo I) e datilografada ou manuscrita com letra bem legível e sem palavras riscadas que possam dificultar a apreciação da mesma por parte da comissão e deve ser assinada pelo concorrente ou seus representantes, devendo neste caso juntar-se documento que confira a este último poderes bastantes para o efeito.

5.2 No caso de agrupamento de concorrentes, a declaração referida no ponto anterior, deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respectivos representantes.

5.3 A proposta deve ainda ser acompanhada de cópia dos documentos de identificação do proponente, designadamente, bilhete de identidade ou cartão de cidadão, n.º de identificação fiscal (pessoa singular ou colectiva).

5.4 O valor proposto deve ser superior à base de licitação, deve ser expresso em euros e deve ser indicado em algarismos e por extenso, prevalecendo, em caso de divergência, o valor expresso por extenso;

5.5 Os documentos que constituem a proposta têm que ser redigidos em língua portuguesa, devendo, quando redigidos noutra língua, ser acompanhados de tradução devidamente legalizada ou em relação à qual declare aceitar a sua prevalência, para todos os efeitos, sobre os respectivos originais.

5.6 Quando se exigir documento oficial que o concorrente não possa apresentar, por motivo alheio à sua vontade, tem que fazer prova de que aquele foi solicitado em tempo

útil junto da entidade competente, para a sua emissão, nos termos do Código de Procedimento Administrativo.

6. ESCLARECIMENTOS

6.1 Os esclarecimentos necessários à boa e regular interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, ao presidente da comissão da hasta pública.

6.2 A Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, pode proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento.

6.3 Os esclarecimentos e as retificações referidas nos n.ºs anteriores, fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

7. PROPOSTAS DIVERGENTES

Não é admitida a apresentação de propostas com condições divergentes das aqui previstas.

8. IMPEDIMENTOS

8.1 Não poderão concorrer à compra dos prédios, objeto da presente hasta pública, os concorrentes que, embora satisfazendo os requisitos exigidos, tenham em atraso à data da hasta pública, a liquidação de valores à Câmara Municipal.

8.2 No acto de adjudicação provisória poderá ser pedido ao adjudicatário que faça prova dos requisitos exigidos no ponto anterior.

9. LOCAL DATA E HORA DA PRAÇA

9.1 A Praça é pública e terá lugar no salão nobre do edifício da Câmara Municipal, no dia útil seguinte à data limite para apresentação de propostas, pelas 10h:00m.

9.2 Só poderão intervir no acto público os concorrentes ou seus representantes, devendo os mesmos apresentarem documento comprovativo de concessão de poderes para arrematação e Bilhete de Identidade/Cartão de Cidadão. No caso de intervenção dos representantes de empresas, deverão exibir os respetivos Bilhetes de Identidade/Cartão de Cidadão e uma credencial emitida pela empresa, da qual conste a identificação do representante e o respetivo Pacto Social da Sociedade.

9.3 No caso de não haver propostas a praça inicia-se com o valor base de licitação anunciada em edital.

9.4 O valor mínimo dos lanços é € 1.000, 00 (mil euros).

9.5 O acto de licitação termina quando o presidente da comissão, ou o representante por ele nomeado, tiver anunciado por três vezes o lanço mais elevado e este não for coberto.

10. ADJUDICAÇÃO

10.1 Terminados os procedimentos previstos no ponto anterior o imóvel é adjudicado provisoriamente, pela comissão, a quem tiver oferecido o preço mais elevado, que deverá, sem prejuízo do disposto no ponto 12., de imediato, proceder ao pagamento de 25% do valor da adjudicação, devendo os restantes 75% ser liquidados no acto da escritura de compra e venda.

10.2 No final da praça será elaborado o respectivo auto de arrematação, que terá que ser assinado pelos membros da comissão e pelo adjudicatário provisório, se estiver presente.

10.3 A decisão de adjudicação definitiva ou de não adjudicação compete à Câmara Municipal, devendo ser notificado o adjudicatário, por carta registada, com aviso de recepção, no prazo máximo de trinta dias úteis a contar da adjudicação provisória.

10.4 O auto de arrematação conjuntamente com o documento de adjudicação definitiva do imóvel constituem título bastante para se efectuar o registo da adjudicação a favor do adjudicatário.

11. CAUSAS DE NÃO ADJUDICAÇÃO

11.1 Não pode haver lugar a adjudicação provisória ou definitiva sempre que haja fundados indícios de conluio entre os proponentes ou outra qualquer causa que o júri considere justificativa;

11.2 Não pode ainda haver lugar a adjudicação sempre que o adjudicatário provisório se recuse a apresentar os documentos que eventualmente sejam solicitados pelo júri, nomeadamente, os documentos comprovativos de que se encontra em situação regularizada perante o estado português em sede de contribuições e impostos, bem como relativamente à sua situação contributiva regularizada perante o estado português em sede de contribuições e impostos, bem como relativamente à sua situação contributiva para com a segurança social.

12. PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES

12.1 Os concorrentes poderão optar pelo pagamento em prestações, desde que façam acompanhar a proposta apresentada ao abrigo do ponto 4 de um plano de pagamentos, e respeitando sempre as seguintes condições:

- a) Valor mínimo da primeira prestação a pagar na adjudicação provisória: 50%
- b) Celebração de contrato-promessa com inclusão obrigatória do plano de pagamentos.
- c) Celebração de escritura de compra e venda no dia seguinte ao pagamento da última prestação.
- d) Período máximo de duração do plano de pagamentos: 12 meses

12.2 A modalidade do pagamento em prestações inclui juros sobre o capital em dívida de acordo com as taxas em vigor para o diferimento de pagamentos de dívidas ao Estado.

12.3 A licença de construção a emitir para qualquer construção a erigir no prédio em causa só poderá ser emitida após a celebração da escritura de compra e venda do mesmo.

Vila Real de Santo António, 2 de março de 2017

ANEXO I

MINUTA DA PROPOSTA

Nome (pessoa singular ou colectiva):

Morada ou Sede:

Número de Telefone/Telemóvel:

Número de Identificação Fiscal:

Número de Bilhete de Identidade ou de Matricula de Sociedade:

Após ter tomado conhecimento do objecto da hasta pública, vem apresentar proposta no seguintes termos:

Pela compra do prédio urbano descrito no Lote * (indicar o número do lote a que apresenta proposta) registado na Conservatória do Registo Predial com a matriz o n.º *, freguesia de *, concelho de *, oferece o montante de euros _____ (por extenso)

Data: ____ / ____ / ____

Assinatura:

(Conforme Bilhete de Identidade/ Cartão de Cidadão)

63200.0

63400.0

-274400.0

-274400.0

-274600.0

-274600.0

LEGENDA:

 Prédio em Análise com o Artigo 226 4

REFERENCIAÇÃO GEOGRÁFICA

Continente Hayford Gauss DATUM 73

DATUM PLANIMÉTRICO

Datum 73

ELIPSÓIDE DE REFERÊNCIA

Hayford (ou Internacional 1924)

Fonte:

- Levantamento Planimétrico, à escala 1:2000, no ano 2006,
- Elaborado pela Empresa Municipia, S.A.
- Ortofotomapas 2012 (DGT)



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO
VILAREALSTANTONIO

DIVISÃO DE
URBANISMO E
ESPAÇO PÚBLICO

PROJETO:

LOCAL:

TÉCNICO RESPONSÁVEL

ELABORADO POR:

VERIFICADO POR:

ESCALA:

1:2000



Confrontações

Norte:

Sul:

Nascente:

Poente:

Freguesia de Vila Real Santo António

Rua do Consumo - VRSA

DESIGNAÇÃO:

Planta de Localização

Desenho n.º:

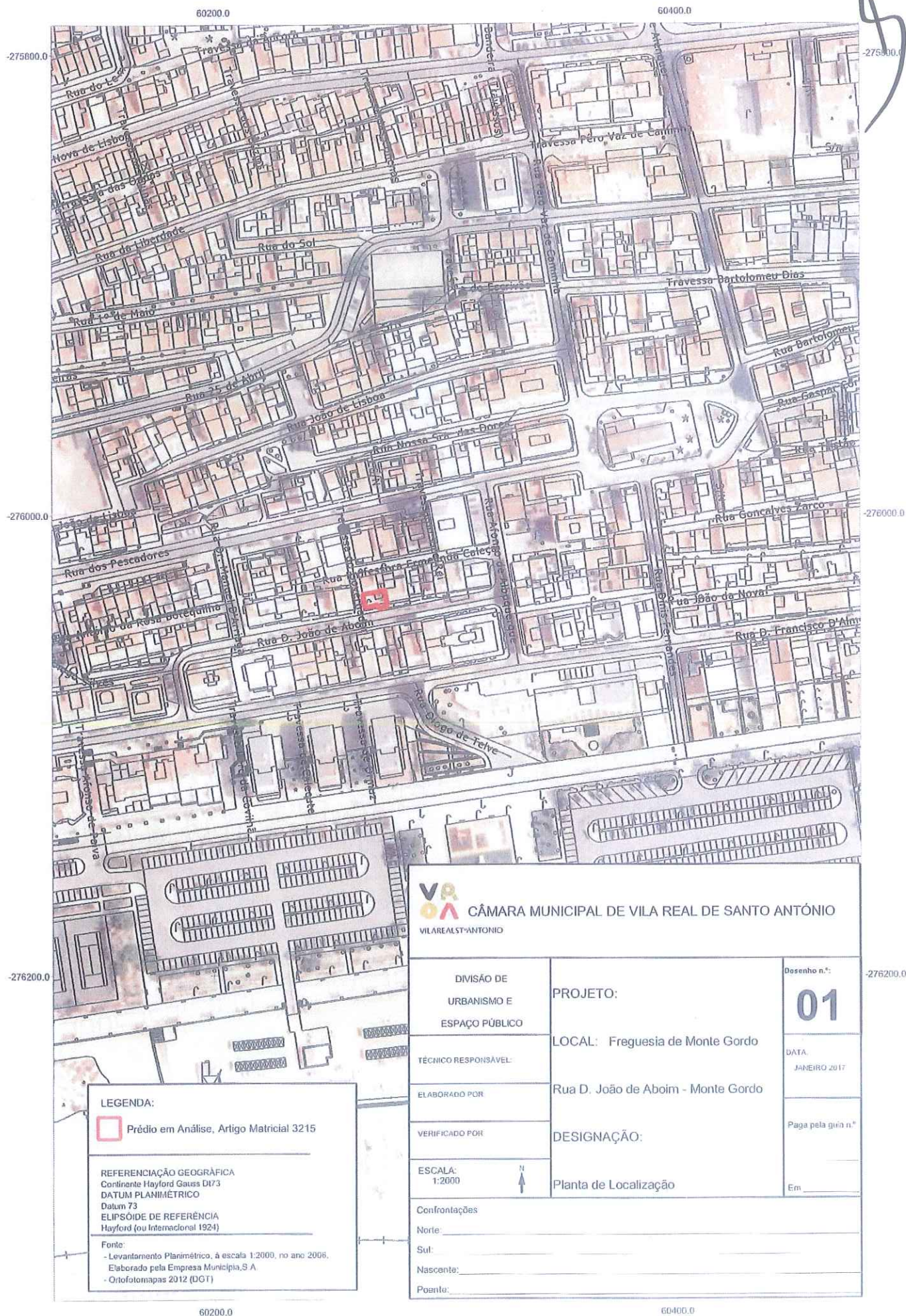
01

DATA:

JANEIRO 2017

Paga pela guia n.º

Em



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO
VILAREALSTANTONIO

DIVISÃO DE URBANISMO E ESPAÇO PÚBLICO	PROJETO:	Desenho n.º: 01
TÉCNICO RESPONSÁVEL:	LOCAL: Freguesia de Monte Gordo	DATA: JANEIRO 2017
ELABORADO POR	Rua D. João de Aboim - Monte Gordo	Paga pela guia n.º
VERIFICADO POR	DESIGNAÇÃO:	Em
ESCALA: 1:2000	Planta de Localização	
Confrontações		
Norte:		
Sul:		
Nascente:		
Poente:		

LEGENDA:

Prédio em Análise, Artigo Matricial 3215

REFERENCIAÇÃO GEOGRÁFICA
Contínente Hayford Gauss D173
DATUM PLANIMÉTRICO
Datum 73
ELIPSÓIDE DE REFERÊNCIA
Hayford (ou Internacional 1924)

Fonte:
- Levantamento Planimétrico, à escala 1:2000, no ano 2008,
Elaborado pela Empresa Municipal, S.A.
- Ortofotomapas 2012 (DGT)

63200.0

63400.0

-273800.0

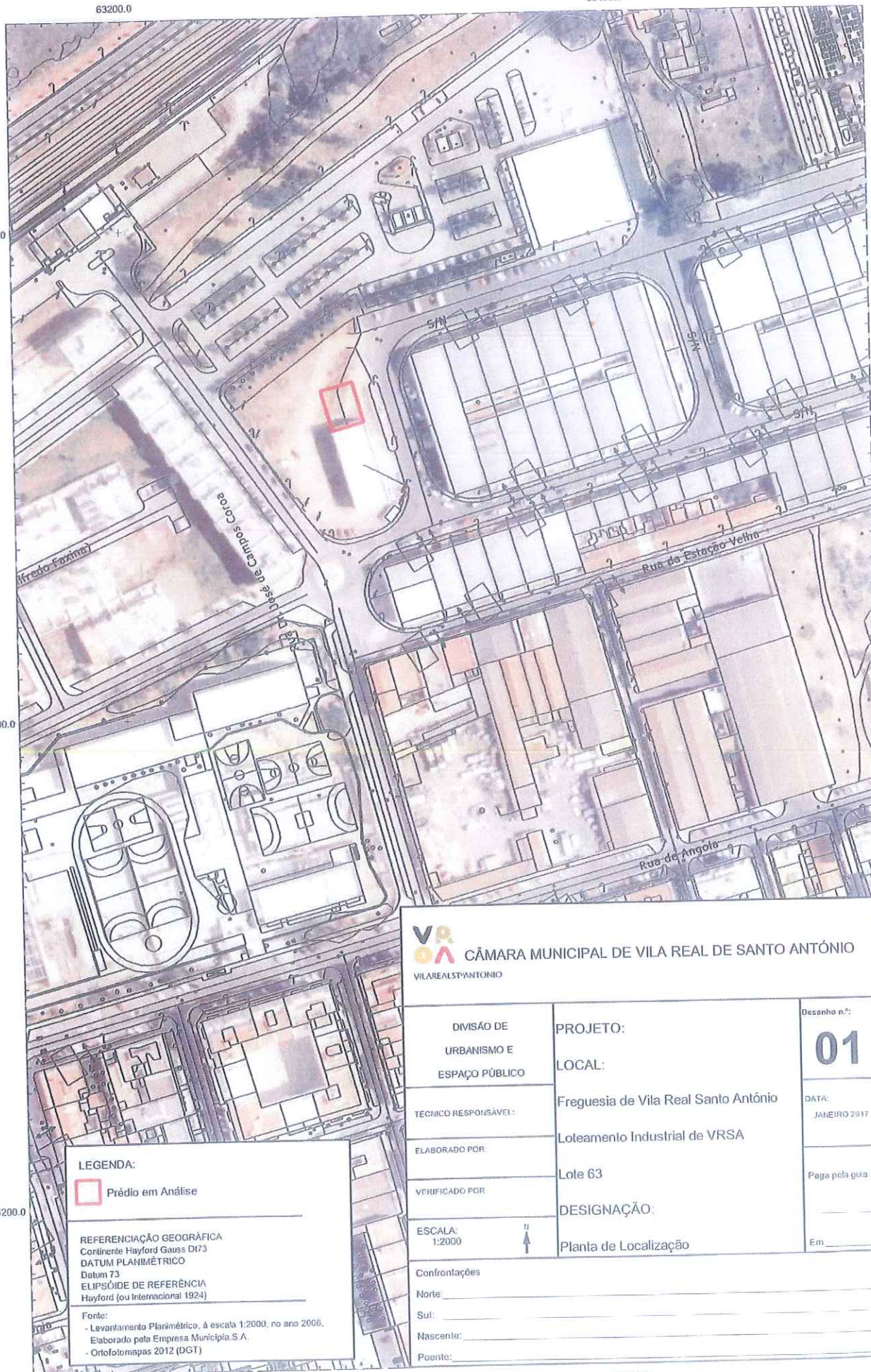
-273800.0

-274000.0

-274000.0

-274200.0

-274200.0



LEGENDA:

Prédio em Análise

REFERENCIAÇÃO GEOGRÁFICA
Continente Hayford Gauss D173
DATUM PLANIMÉTRICO
Datum 73
ELIPSÓIDE DE REFERÊNCIA
Hayford (ou Internacional 1924)

Fonte:

- Levantamento Planimétrico, à escala 1:2000, no ano 2006.
Elaborado pela Empresa Municipal S.A.
- Ortofoto de 2012 (DGT)



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO
VILAREALSTANTONIO

DIVISÃO DE
URBANISMO E
ESPAÇO PÚBLICO

PROJETO:

LOCAL:

Freguesia de Vila Real Santo António

Loteamento Industrial de VRSA

Lote 63

DESIGNAÇÃO:

Planta de Localização

Desenho n.º:

01

DATA:

JANEIRO 2017

Paga pela guia n.º

Em

TÉCNICO RESPONSÁVEL:

ELABORADO POR:

VERIFICADO POR:

ESCALA:

1:2000



Confrontações

Norte:

Sul:

Nascente:

Poente:

63400.0

63200.0

63200.0

63400.0

-273800.0

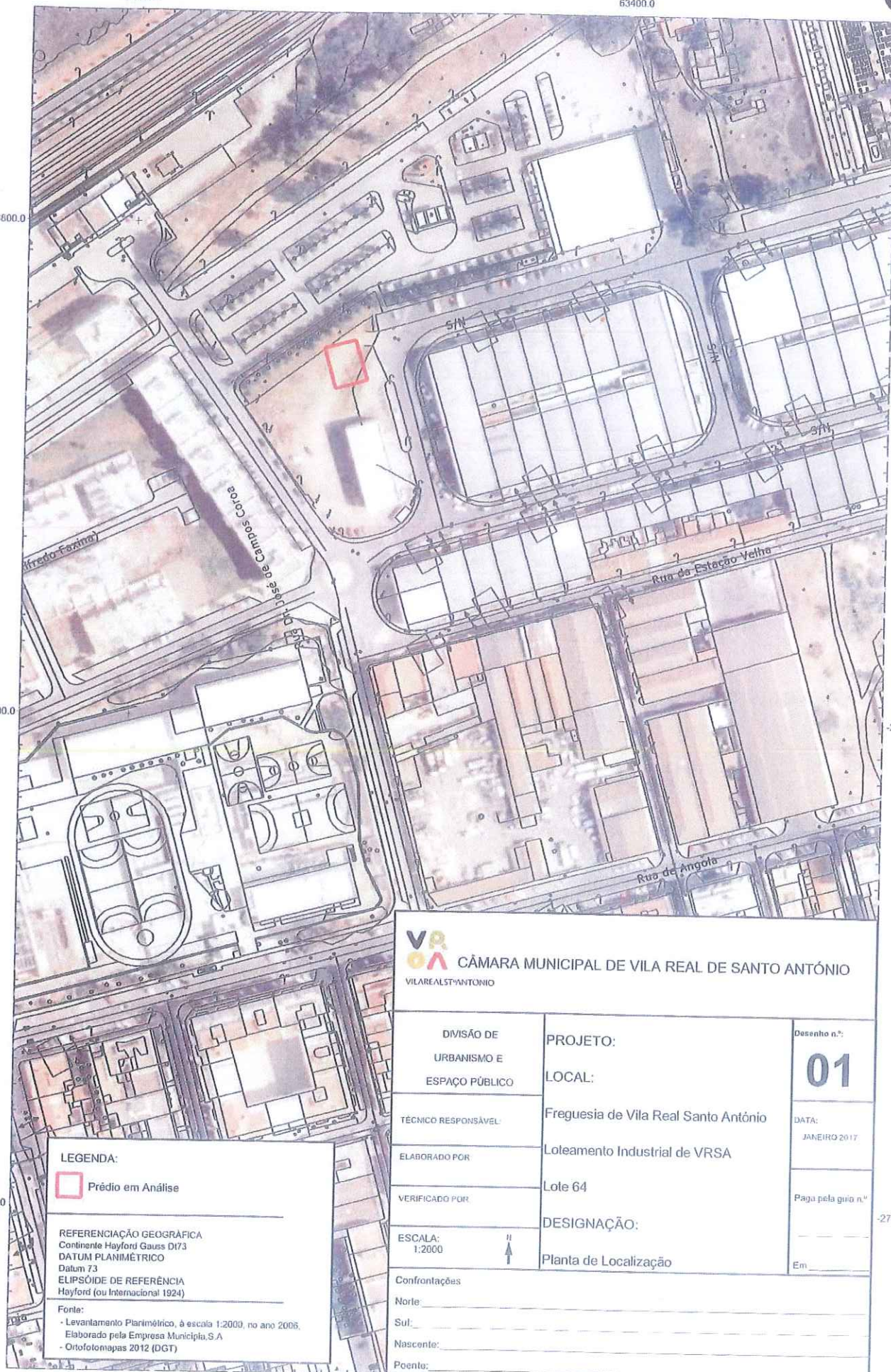
-273800.0

-274000.0

-274000.0

-274200.0

-274200.0



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO
VILAREALSTANTONIO

DIVISÃO DE
URBANISMO E
ESPAÇO PÚBLICO

PROJETO:

LOCAL:

Desenho n.º:

01

TÉCNICO RESPONSÁVEL:

Freguesia de Vila Real Santo António

DATA:

JANEIRO 2017

ELABORADO POR:

Loteamento Industrial de VRSA

VERIFICADO POR:

Lote 64

Paga pela guia n.º

ESCALA:

1:2000



DESIGNAÇÃO:

Planta de Localização

Em

LEGENDA:



Prédio em Análise

REFERENCIAÇÃO GEOGRÁFICA

Contínente Hayford Gauss D173

DATUM PLANIMÉTRICO

Datum 73

ELIPSÓIDE DE REFERÊNCIA

Hayford (ou Internacional 1924)

Fonte:

- Levantamento Planimétrico, à escala 1:2000, no ano 2006,

Elaborado pela Empresa Municipa, S.A

- Ortofotomapas 2012 (DGT)

63200.0

63400.0

60000.0

-275800.0

-275800.0

-276000.0

-276000.0

-276200.0

-276200.0

LEGENDA:

 Prédio em Análise

REFERENCIAÇÃO GEOGRÁFICA
 Continente Hayford Gauss D173
 DATUM PLANIMÉTRICO
 Datum 73
 ELIPSÓIDE DE REFERÊNCIA
 Hayford (ou Internacional 1924)

Fonte:

- Levantamento Planimétrico, à escala 1:2000, no ano 2006,
 Elaborado pela Empresa Municipal, S.A.
 - Ortofotomapas 2012 (DGT)



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO
 VILAREALSTANTONIO

DIVISÃO DE URBANISMO E ESPAÇO PÚBLICO	PROJETO:	Desenho n.º:
TECNICO RESPONSÁVEL	LOCAL:	01
ELABORADO POR	Freguesia de Monte Gordo	DATA:
VERIFICADO POR	Lote 23, Rua Do Beira Mar	JANEIRO 2017
ESCALA:	Zona de Expansão Poente Monte Gordo	Paga pela guia n.º
1:2000	DESIGNAÇÃO:	Em
	Planta de Localização	
Confrontações		
Norte:		
Sul:		
Nascente:		
Poente:		

60000.0

